

A circulação de crianças: a assistência aos recém-nascidos enjeitados na freguesia da Cidade do Natal (século XVIII e XIX)*.

The Circulation of Children: the assistance to the rejected newborn babies in the Parish of the City of Natal (century XVIII and XIX).

Thiago Torres de Paula*

Resumo: O objetivo deste trabalho é examinar a composição de redes humanas de assistências às crianças recém-nascidas enjeitadas na freguesia da Cidade do Natal, localizada na Capitania do Rio Grande do Norte nos séculos XVIII e XIX. As principais fontes investigadas e analisadas na pesquisa foram: os assentos de batismo e óbito da freguesia; os Termos de vereação dos Senados da Câmara; o Primeiro livro de tomo da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, todo custodiado em arquivo em Natal. Quanto aos procedimentos adotados, pode-se destacar: a quantificação sistemática de informações presentes na documentação serial; a transcrição do conjunto amplo das fontes, e o cruzamento de nomes. O material empírico foi lido à luz de referenciais da história social e operado com os conceitos de *figuração e circulação de crianças*, resultando assim na identificação de um baixo índice de enjeitamento e de uma sociedade que se articulava em torno da assistência aos pequenos abandonados.

Palavras-chave: Freguesia. Recém-nascido. Enjeitado

Abstract: the aim of this work is to examine the composition of human network of assistance to rejected newborn babies in the Parish of the City of Natal, located in the Captaincy of Rio Grande do Norte in the centuries XVIII and XIX. The main sources investigated and analysed in the research were: The baptismal and death registers in the Parish; The terms of Town Council Senate; The first Registry Book of the Main Church of Nossa Senhora da Apresentação, every file kept guarded in Natal. The procedures adopted were: the systematic quantification of information presented in

*O presente artigo é produto de uma pesquisa de doutoramento, desenvolvida entre os anos de 2012 e 2016 na Universidade Federal do Paraná, com financiamento da CAPES.

* Doutor em História pela UFPR (2016), Mestre em História pela UFRN (2009), Bacharel e Licenciado em História pela UFRN (2005). Colaborador do LEHS/UFRN (Laboratório de Experimentação em História Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Atualmente desenvolve Estágio Pós-Doutoral em Educação no PPGED/UFRN.

the serial documents; the transcription of broad set of sources, and the crossing of names. The empirical material was read in the light of Social History referentials and operated under the concepts of *figuration and movement of children*, thus, resulting in the identification of a low index of rejection and a society that was articulated to provide assistance to the little rejected ones.

Keywords: Parish; Newborn babies; Rejected

Introdução

O enjeitamento de crianças recém-nascidas é uma realidade que marca o mundo ocidental desde longas datas. O padre e dicionarista português Rafael Bluteau anotou nas páginas de sua obra, em plena primeira metade do século XVIII, suas impressões sobre o fenômeno do enjeitamento e a antiguidade do ato.

[...] Com todos os seus infortúnios, notáveis prerrogativas logram os enjeitados. São reputados limpos de sangue, sem casta de mouros, nem judeus, e por leis antigas, são livres do poder paterno. Em muitos destes infelizes partos do gênero humano, tem Deus manifestado o milagroso patrocínio da sua providência. Do cestinho em que foi exposto, e entregue às correntes do Nilo, subiu Moisés a imperar na Corte de Faraó. A Romulo, e Remo, com o leite da loba, que os criou, se lhes tingiu a púrpura do Império Romano. Ciro, primeiro do nome, exposto em uma mata brava, e criado na cabana de um pastor, chegou a conquistar o Oriente, &c. (BLUTEAU, 1728, p. 577).

Implicitamente, Bluteau demonstrou as acepções do ato de enjeitar, que tornava o abandonado alguém livre, limpo de sangue, um indivíduo de genealogia zero e propenso ao sucesso. O esforço do escritor luso em trazer os enjeitados para as páginas de seu dicionário deixa indícios que enjeitar era uma prática comum presente no cotidiano das pessoas. Sendo assim, o fenômeno do abandono de recém-nascidos chegou à América com os próprios colonizadores portugueses, difundindo-se pelo litoral e atingindo os sertões. É preciso que onde havia católicos existia o abandono de neonatos, sobretudo porque recolher, batizar e criar enjeitados era uma demonstração pública de caridade, ação necessária para construção da salvação da alma do homem católico.

É importante ressaltar que no século XVIII o abandono de crianças recém-nascidas era uma realidade em múltiplas formações sociais da América portuguesa,

tendo como responsáveis pela criação dos pequenos desvalidos os Senados da Câmara (ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro I, Título 66, § 41). Na maioria das vezes, aquelas instituições se eximiam da responsabilidade, sob a justificativa de não terem condições materiais para tal função. Com isso, foi durante os anos setecentistas que as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa instalaram Rodas dos expostos¹ com a utilidade de receber os enjeitados para criação (MARCÍLIO, 1998).

O mapa da distribuição das Rodas dos expostos na América de Portugal durante o século XVIII não é de difícil compreensão. As Rodas foram concentradas em zonas litorâneas e urbanas, sendo que a primeira foi instalada em Salvador em 1726; a segunda, no Rio de Janeiro em 1738; enquanto a última, no período colonial, foi posta em funcionamento na Vila de Santo Antônio do Recife em 1789 (VENÂNCIO, 1999). A geografia das Rodas dos expostos confirma a assertiva anterior: onde havia português existia abandono de recém-nascidos, já que abandonar fazia parte da segunda natureza do homem católico ocidental, sendo uma forma de possibilitar a outros praticarem uma boa ação, a caridade.

Por outro lado, é simples compreender que as Rodas dos expostos da extensa América portuguesa não assistiram todos os enjeitados em sua totalidade, que foram os domicílios de norte a sul da colônia os responsáveis pelo recolhimento dos pequenos enjeitados. Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é examinar a composição de redes humanas de assistências às crianças recém-nascidas enjeitadas que circulavam na freguesia da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte, nos séculos XVIII e XIX.

É necessário esclarecer que os enjeitados constituíam uma categoria de crianças recém-nascidas que eram abandonadas, tanto no campo aberto, ruas, monturos, quanto em domicílios ou mesmo em instituições. Haja vista que, nos anos setecentista e oitocentista, o termo abandonado não era usado para fazer menção à criança, o mais recorrente eram as palavras *enjeitado* ou *exposto*, pois os pequenos recém-nascidos enjeitados estavam expostos à vontade e à caridade alheia.

¹Sobre a Roda dos expostos comenta-se: “Uma inovação caracteristicamente mediterrânea na assistência aos enjeitados [...]. Era uma caixa cilíndrica de madeira, colocada dentro da parede de um prédio. Girava num pino colocado sobre seu eixo vertical, e era repartida ao meio. Originalmente, essas rodas giratórias eram comuns nos conventos; alimentos, remédios e mensagens eram colocados na repartição do lado de fora da parede. A roda era então girada, transportando os artigos para a parte de dentro, sem que as reclusas vissem o lado de fora, e sem que fossem vistas. Ocasionalmente, uma mãe pobre colocava o filho nessa roda, confiando na caridade das freiras para que criassem o bebê [...]” (RUSSEL-WOOD, A. J. R, 1981, p. 233).

As fontes analisadas para o estudo da composição das redes humanas de assistência dentro da experiência e do processo de abandono de recém-nascidas na freguesia da Cidade do Natal foram: os assentos de batismo e óbitos, tal como o Primeiro livro de tomo da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação. Ambas as documentações estão custodiadas no Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal. Na esteira investigativa da presente pesquisa, também foram devassados os Termos de vereação do Senado da Câmara da Cidade do Natal. Esses manuscritos encontram-se depositados no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Os procedimentos aplicados aos documentos escolhidos foram de três ordens: quantitativo, qualitativo e onomástico. Primeiro, em meio aos muitos assentos de batismo e óbito da freguesia da Cidade do Natal, referentes aos séculos XVIII e XIX, foram quantificados os registros referentes aos recém-nascidos enjeitados. Em seguida, foram devassadas, lidas e transcritas as informações mais relevantes sobre os pequenos enjeitados nos assentos de batismo e óbito. Procedimento de ordem qualitativa também foi aplicado aos textos existentes nas páginas do Primeiro livro de tomo da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação [igreja matriz de Natal], suporte onde se notificavam as observações dos padres visitantes da Sé de Olinda, procedimento semelhante foi dado aos Termos de vereação, atas nas quais se registravam as deliberações dos homens-bons da Cidade de Natal.

O terceiro e último procedimento analítico aplicado às fontes foi o método onomástico. Os múltiplos nomes identificados na documentação foram cuidadosamente cruzados, permitindo observar com acuidade o entrelaçamento social que havia entre indivíduos livres e escravos na freguesia, tal como entre pessoas que estavam em estratos diferentes daquela sociedade colonial.

Por conseguinte, foi utilizado durante a investigação das redes de assistência aos enjeitados o conceito de *figuração*, instrumental teórico pensado, elaborado e experimentado pelo sociólogo alemão Norbert Elias. Para evidenciar os aspectos das peculiaridades e das singularidades estruturais do que nomeia por *figuração* entre os seres humanos, o autor assim define:

Há figurações de estrelas, assim como de plantas e de animais. Mas apenas os seres humanos formam figurações uns com os outros. O modo de sua vida conjunta em grupos grandes e pequenos é, de certa maneira, singular e sempre co-determinado pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra [...]. Os seres humanos, em

virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas (ELIAS, 2006, p. 25-26).

Como dito, os procedimentos utilizados giraram em torno da leitura criteriosa das fontes elencadas, quantificação sistemática, transcrições e cruzamento de nomes. A partir disso, buscou-se operar com o conceito de figuração, apresentado anteriormente, que se refere a formações sociais, onde os indivíduos estão ligados uns aos outros por laços de interdependência, compondo amplas redes de relações e distribuídos em níveis específicos da sociedade (ELIAS, 1980).

Outro conceito egresso das Ciências Sociais, e não menos importante para entender a assistência aos enjeitados na freguesia da Cidade do Natal, foi a *circulação de crianças*, conceito que se refere à prática sancionada entre adultos que transferiam para outros adultos a responsabilidade pela criação de um recém-nascido, modelando assim as redes de relações interpessoais (FONSECA, 1995). Dessa maneira que é foi estudada a experiência daqueles indivíduos que viviam na freguesia com o abandono de recém-nascidos.

A freguesia e o perfil do enjeitamento

A freguesia da Cidade do Natal, localizada na Capitania do Rio Grande do Norte foi criada em 1601, surgindo quase concomitantemente à cidade, já que a *urbs* foi fundada em 1599; a freguesia teve por orago Nossa Senhora da Apresentação e passou a ser subordinada ao Bispado de Pernambuco em 15 de julho de 1614, quando de sua criação, tornando-se independente da sé da Bahia. Porém, em fevereiro de 1623, a freguesia voltou a ser submetida ao Bispado da Bahia, quando, por ordem papal, a prelazia de Pernambuco passou à condição de sufragânea do bispo da Bahia (CASCUDO, 1984).

Aos 16 de novembro de 1676, por via da Bula *Ad Sacram Beati Petri*, do Papa Inocêncio IX, foi a diocese de Olinda tornada independente de Salvador, sendo o primeiro Bispo de Pernambuco naquele ano Dom Estevam Brioso de Figueiredo. Mais uma vez, as terras da jurisdição eclesiástica de Natal e seus respectivos moradores retornaram para o domínio eclesiástico de Olinda (CASCUDO, 1992).

De maneira geral, a freguesia do norte da América portuguesa correspondeu, como tantas outras freguesias durante o período colonial, a uma área de assistência

religiosa onde havia igrejas, capelas e padres, comportando grandes espaços nos quais a população vivia dispersa em diferentes fazendas, mesmo existindo pequenos povoados. A área de assistência religiosa da cidade estendia-se por toda a Capitania durante o século XVII, sendo dividida na primeira metade do século XVIII com a criação de outras freguesias, como a do Açú e Caicó no sertão, e a Goianinha no litoral (MONTEIRO, 2000).

A paisagem social da freguesia caracterizou-se semelhantemente a de outras formações sociais da América portuguesa. Uma população composta por índios, pardos, negros e brancos, muitos indivíduos depauperados e explorados, outros poucos abastados, livres, escravos e forros. Havia membros do clero, da burocracia régia, muitos militares, pequenos comerciantes e trabalhadores que prestavam os mais vários serviços na jurisdição eclesiástica (ASSENTOS DE BATISMO, 1750-1835; ASSENTOS DE CASAMENTO, 1727-1835; ASSENTOS DE ÓBITO, 1760-1820; TERMOS DE VERAÇÃO, 1709-1823).

Quanto aos números de moradores na freguesia, não há muitos documentos que revelem um quadro objetivo e preciso da quantidade de habitantes. No entanto, segundo as autoridades da Capitania de Pernambuco, vivia na freguesia da Cidade do Natal, na segunda metade do século XVIII, um conjunto populacional de 3.288 pessoas, que, na primeira década do século XIX, já contabilizava um contingente de 6.693 indivíduos, sendo que a população escrava era contada em 2.114 cativos (IDEIAS DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO..., 1774; CARTA DO [CAPITÃO-MOR DO RIO GRANDE DO NORTE], JOSÉ FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE..., 1806).

No tocante ao perfil do enjeitamento de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal, o fenômeno não foi considerado um problema pelo Senado da Câmara ou pelos padres visitantes da Sé de Olinda, que passavam em revista a jurisdição eclesiástica, examinando a conduta dos fregueses e párocos locais. Sobretudo porque o índice de abandono na freguesia era muito baixo. Entre os anos de 1750 e 1835, foi arrolado um total de 5.381 batismos, sendo identificados 157 enjeitamentos, o que corresponde a um percentual 2,9% do conjunto da amostragem (ASSENTOS DE BATISMO, 1750-1835)². Saliento ainda que, durante toda a leitura documental, não

²Todos os 5.381 batismos analisados na pesquisa são referentes a crianças livres e forras, haja vista que qualquer recém-nascido escravo abandonado era considerado liberto, dispositivo herdado do Direito Romano (PAULA, 2009).

foi identificado nenhum enjeitamento de recém-nascidos negros, supostamente filhos de escravas.

A taxa de abandono na freguesia estudada pode ser considerada baixa, quando comparada com outras taxas em formações sociais urbanas e portuárias da América portuguesa, cujos índices atingiram a grandeza dos 20% (VENÂNCIO, 1999). Sendo poucos os recém-nascidos enjeitados na transição do século XVIII para o século XIX, aqueles meninos e meninas não chegavam ao Senado da Câmara da Cidade do Natal, como dito, instituição que tinha a função de subsidiar a criação, dessa forma não constituindo um problema para os homens-bons do lugar (TERMOS DE VEREAÇÃO, 1709-1823).

Os problemas para os homens-bons do Senado da Câmara da Cidade do Natal eram configurados em outros aspectos, como: pontes quebradas; fontes e caminhos sujos; porcos destruidores de roças soltos pelas ruas, ou mesmo mulheres de mau procedimento cotidiano (TERMOS DE VEREAÇÃO, 1709-1823). O ínfimo percentual de enjeitamento na freguesia possibilitou que os recém-nascidos abandonados fossem invisíveis aos olhos dos padres visitantes da Sé de Olinda. Os representantes do Bispo de Pernambuco consideravam problema os indivíduos que não batizavam os filhos até o oitavo dia de nascimento, ou mesmo os homens e mulheres que deixavam de ir à missa do domingo para fazerem roça e pescarem (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE N^a SR^a DA APRESENTAÇÃO, 1725-1890).

É importante ressaltar que na freguesia da Cidade do Natal nunca houve uma Santa Casa de Misericórdia, muito menos uma Roda dos expostos. Com isso, os enjeitados foram socorridos pelos próprios moradores do lugar, pessoas que estavam ligadas umas às outras por laços de interdependência mútua, hierarquizadas entre si, compondo verdadeiras redes informais de assistência. No contexto geral do enjeitamento na freguesia, considera-se que o abandono foi protetor, pois 100% dos recém-nascidos foram abandonados em domicílio, alguns portando bilhetes e por muitas vezes deixados em casas em que havia indícios da presença de mães que estavam amamentando, como apresentarei a seguir (ASSENTOS DE BATISMO, 1750-1835).

Por outro lado, não foi possível identificar ou desenvolver uma explicação para o fenômeno geral do enjeitamento na freguesia. Primeiramente o índice de abandono é muito baixo, o enjeitamento não era uma prática regular. Um lapso temporal de semanas ou mesmo meses separavam os abandonos, deixando evidente que se

tratava de um fenômeno de altíssima complexidade e que as motivações para enjeitar poderiam ser multivariadas.

Devo chamar a atenção para a ilegitimidade, que, por sua vez, poderia ser um motivo específico para o enjeitamento de um recém-nascido pertencente aos estratos superiores da sociedade colonial. Todavia, a bastardia não foi uma motivação geral que catalisasse o abandono na freguesia da Cidade do Natal, haja vista que, dos 5.381 batizados arrolados na pesquisa, 1.092 batismos foram concedidos a recém-nascidos ilegítimos, totalizando uma taxa de 20,3% de ilegítimos, filhos gerados fora do casamento. Sendo assim, a bastardia foi um contraponto da taxa de enjeitamento, que correspondeu a 2,9% dos batizados.

Quanto aos aspectos materiais da freguesia, durante a transição do século XVIII para o século XIX, a população da jurisdição eclesiástica, sobretudo os grupos depauperados e explorados, foram vítimas da falta de alimentos serem vendidos, respectivamente do aumento dos preços. Neste contexto, produtos como a farinha de mandioca e a carne seca tiveram um aumento progressivo durante a segunda metade do século XVIII, sobretudo em função das fortes estiagens que marcaram a Capitania do Rio Grande do Norte no apagar das luzes dos anos setecentistas (DIAS, 2011). Daí, mesmo com os efeitos das fortes secas, como a de 1793, não houve um crescimento nos números de enjeitamento, apontando que a pobreza extrema poderia ser um motivador pontual para o abandono, mas não algo que explique o enjeitamento em sua totalidade (ASSENTOS DE BATISMO, 1750-1835; TERMOS DE VERAÇÃO, 1709-1823).

Posso afirmar, mediante tais exames empíricos, que enjeitar era algo inerente à segunda natureza do homem católico ocidental, que permitia que outros indivíduos praticassem uma ação pública de caridade, recolhendo e batizando o recém-nascido. Como todos os atos são socialmente condicionados, abandonar configurou na freguesia da Cidade do Natal uma estratégia de proteção.

Escravas paridas, amas-de-leite possíveis ...

Não foi casualmente que Dona Antônia Maria Soares convidou o Capitão Braz Alvarez de Oliveira, homem casado, para apadrinhar um exposto de nome Joaquim, na data de 25 de agosto de 1773, na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação.

O recém-nascido Joaquim foi posto no limiar da casa de Dona Antônia Maria 30 dias antes do batismo; salienta-se que o convite para o apadrinhamento do enjeitado pelo militar, feito pela proprietária do domicílio receptor, estava diretamente relacionado com o sustento da criança, considerando as obrigações do pai espiritual, já que, segundo os preceitos do credo católico romano, na ausência dos pais genéticos, era obrigação dos padrinhos cuidar do afilhado e orientá-lo retamente na religião (CATECISMO ROMANO, 1951).

Declara-se isso, pois detectou-se, em meio à documentação de batismo, que o Capitão era proprietário de uma escrava que atendia pelo nome de Inácia, e que havia parido uma menina aproximadamente 95 dias antes do batizado de Joaquim, na data de 20 de maio de 1773. Tudo indica que Antônia Maria Soares deve ter realizado uma busca cuidadosa por alguém na freguesia que pudesse não apenas ser um fiador espiritual, mas também oferecer sustento ao enjeitado (ASSENTOS DE BATISMO, 1773).

Muito provavelmente a receptora do pequeno Joaquim não deve ter tido um trabalho significativo para encontrar um indivíduo em condições adequadas para ser padrinho do exposto, um homem pertencente ao nível superior da figuração social, dono de uma escrava parida. Ainda mais porque a figuração da freguesia da Cidade do Natal, na segunda metade do século XVIII, tinha um contingente populacional pequeno, de 3.288 moradores. Dessa forma, a interação era muito estreita entre os moradores, todos se conheciam quase que em sua totalidade, possibilitando a composição de laços de interdependência diretos que se ratificavam nas relações de compadrio. Para Julita Scarano:

Quando uma escrava paria, se tornava possível a existência de uma ama-de-leite. O aleitamento era tido como importantíssimo, tanto pela Igreja, quanto pelos conceitos médicos da época. Dessa maneira, cativas que dispunham de leite eram empregadas como fornecedoras de alimento para crianças de várias categorias. (SCARANO, 2002, p. 114).

A partir da análise deste ato de abandono e do entrelaçamento social que era constituído para elaboração das redes informais de assistência aos recém-nascidos enjeitados, é possível se aproximar um pouco mais desses pequenos protagonistas da história, como será demonstrado com o caso do exposto Lino. O que mais chamou atenção nessa situação, em meio a tantas outras, é que o pequeno enjeitado não

recebeu como padrinhos os moradores, ou pelo menos o proprietário da casa onde foi enjeitado. Lino foi apadrinhado por um casal que provavelmente também pertencia ao nível superior daquela figuração: o Coronel Francisco da Costa de Vasconcelos, morador da freguesia da Cidade do Natal, natural da freguesia de Nossa Senhora das Neves da cidade da Paraíba, e sua mulher Maria Rosa, natural da freguesia da Cidade do Natal.

Lino foi abandonado em casa da viúva Rosa Maria Josefa; a atitude dela em convidar o casal para apadrinhar o exposto também não foi uma casualidade, ou exclusivamente relacionada à posição social de Francisco da Costa de Vasconcelos,³ mas deveu-se, sobretudo, à condição de saúde de sua esposa. A documentação paroquial revela que o dito casal batizou seu filho legítimo, Roque, na data de 3 de outubro de 1763, na capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiá; o pequeno enjeitado foi batizado em 18 de dezembro do mesmo ano, na mesma capela (ASSENTOS DE BATISMO, 1763).

O pequeno Roque foi batizado pelo padre Miguel Pinheiro Teixeira e teve como padrinhos o Sargento-mor Francisco Machado de Oliveira Barros, morador na dita freguesia, e Dona Tereza de Góis Vasconcelos. A madrinha era viúva do Sargento-mor José Dantas e, mesmo residindo na cidade da Paraíba, tornou-se mãe espiritual do menino por meio de uma procuração apresentada por Dona Ana da Costa Teixeira, mulher do Capitão Antonio de Gois. As pessoas envolvidas no batizado do filho do casal que foi convidado para apadrinhar Lino confirmam a posição de destaque que os estes ocupavam naquela figuração; os compadres do Coronel Francisco da Costa de Vasconcelos e de sua esposa também estavam acomodados na camada superior daquela formação social.

Agora fica clara a escolha da viúva. Lino foi abandonado em sua porta, mais ou menos 75 dias após a senhora Maria Rosa ter dado à luz, tendo ela plenas condições de sustentar também o exposto com seu leite, “alimento que talvez não existisse na casa da viúva”; como já mencionado, segundo a religiosidade católica romana, na ausência dos pais, os padrinhos assumem a responsabilidade sobre a criança. Sendo o pequeno Lino filho de pais incógnitos - pelo menos teoricamente, pois considero que naquela figuração todos sabiam quem era filho de quem - restava a sua madrinha assumir o lugar de sua genitora e tornar-se sua ama-de-leite.

³ Frisa-se que no ano de 1769, o padrinho de Lino surge como agente do Senado da Câmara (TERMO DE VERAÇÃO, 1769).

Por outro lado, deve-se considerar que Dona Maria Rosa era esposa de um militar de alta patente e, como já mencionado, o casal era membro do nível superior da figuração social. Sendo assim, é bem possível que a tal senhora não alimentasse com seu leite nem mesmo o pequeno Roque, seu filho, mas buscasse em algum lugar da freguesia uma mulher, livre ou escrava, também em condições de amamentar, para que lhe pudesse prestar os serviços de ama-de-leite, prática essa muito comum entre as mulheres abastadas da América portuguesa (MARCÍLIO, 1986).

Analisando cuidadosamente a documentação produzida pelos párocos, foi possível entrever que as relações interpessoais na freguesia não eram das mais simples. Principalmente no caso do recém-nascido enjeitado que recebeu o nome de Lino, possivelmente na pia batismal, pois o registro não revela que com ele tenha vindo um bilhete indicando seu nome.

O batismo de uma escrava de nome Luzia, filha natural de Januária e de pai desconhecido, é necessariamente o grande *filão* dessa história.⁴ Tanto Januária quanto sua filha eram propriedades da viúva Rosa Maria Josefa. Luzia foi batizada em 30 de outubro de 1763 na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá, espaço religioso onde também receberam o primeiro sacramento Roque e Lino. Foram padrinhos o Coronel Francisco da Costa de Vasconcelos e Dona Maria Rosa (ASSENTO DE BATISMO, 1763).

As coisas tornam-se bem mais claras, para não dizer evidentes. A pessoa ou as pessoas que tiveram a iniciativa de abandonar o pequeno recém-nascido na soleira da casa da viúva deveriam ter conhecimento, em maior ou menor grau, da existência de uma escrava parida naquele domicílio, que poderia vir a ser ama-de-leite do exposto, caso Rosa Maria Josefa o apadrinhasse, assim como eram possivelmente sabedores da complexa rede de relações pessoais da receptora.

Outro indicativo importante a ser considerado é a relação que havia entre a viúva e o casal, que em um curto intervalo de tempo, de mais ou menos 50 dias, apadrinhou duas crianças de uma mesma casa. Aponta-se que as crianças não eram filhos legítimos do domicílio, sendo uma escrava e a outra, exposta. No entanto, pode-se conjecturar que os laços de compadrio estabelecidos pela senhora Rosa Maria podem ter garantido o alimento necessário para o enjeitado, pois a mulher do Coronel era comadre de Januária, escrava da viúva, e mãe espiritual de Lino.

⁴Nos séculos XVIII e XIX, filho natural era sinônimo de filho ilegítimo, concebido fora do reconhecimento da Igreja católica (PERARO, 2001).

Com isso, pode-se inferir que a própria cativa Januária apresentava certa relação de parentesco espiritual com Lino, via seus compadres, dentro das orientações da Igreja Católica romana, garantindo para o exposto o mínimo para sua existência, o leite. Não se descarta a possibilidade de que a mesma escrava também fosse ama-de-leite do pequeno Roque, filho do casal em questão, mas a documentação não nos permite confirmar tal hipótese.

Porém, nem a distinção social do padrinho do pequeno Lino, nem a possível prática de amamentação por sua suposta ama Januária e muito menos a coincidência de sua madrinha poder “sustentá-lo com o leite de seu próprio peito” puderam salvar a vida do pequeno enjeitado, pois, dois meses depois de seu batismo, ele teve o mesmo destino de muitos recém-nascidos do mundo colonial português: a morte.

Lino foi sepultado na mesma capela onde foi batizado, envolto em mortalha azul, não tendo o padre que encomendou o corpo feito nenhuma menção ao tipo do tecido da roupa mortuária ou ao lugar específico do sepultamento no espaço da capela. Talvez a falta de especificidade na localização do sepultamento e a não indicação do tipo do tecido da mortalha sejam indícios de um certo desapego em relação ao exposto, que faleceu com basicamente 60 dias de vida, tendo apenas a função de possibilitar que indivíduos adultos em uma sociedade católica realizassem uma demonstração pública de caridade (ASSENTO DE ÓBITO, 1764).

Em suma, aparentemente movidos pela compaixão e pelo sentimento cristão, a viúva Rosa Maria, dona de terras, proprietária de gado vacum e cavalariço, senhora de escravos, recebeu e recolheu o enjeitado, e o Coronel Francisco da Costa de Vasconcelos e sua esposa apadrinharam a criança, criando, embora sem sucesso, possibilidades para sua sobrevivência (TESTAMENTO DE DONA ROSA MARIA JOSEFA, s/d).

Para além do suposto sentimento caritativo, existia um vasto conjunto de fios invisíveis que uniam todos os indivíduos em uma complexa rede de interdependência, compondo o tecido social onde o expositor necessitava indiscutivelmente do receptor para proteger o rebento; por sua vez, alguns receptores, tal como Dona Antônia Maria Soares, no primeiro caso, precisavam de indivíduos dispostos a serem padrinhos dos expostos e que tivessem condições materiais mínimas de cuidar de seus afilhados.

Em resumo, todos os envolvidos naquela rede informal de assistência, inseridos no jogo social do abandono, precisavam do pequeno abandonado para

praticarem publicamente uma boa ação, prestando contas de suas condutas à sociedade da freguesia da Cidade do Natal, que integrava uma figuração muito mais ampla, o mundo católico ocidental.

Por fim, é importante apontar que o domicílio da viúva Rosa Maria Josefa, anos depois do enfeitamento de Lino, foi mais uma vez referência para um abandono, possivelmente no mês de novembro de 1786. Dessa vez foi enjeitada uma menina que recebeu no nome de Ângela, mas que, seis meses após ter sido deixada junto à casa da viúva, teve o mesmo destino de Lino: a morte.

A pequena faleceu aos 30 de abril de 1787, sendo sepultada na capela de Nossa Senhora da Conceição, não tendo o padre que redigiu seu assento de óbito feito nenhuma consideração sobre o lugar específico do enterramento nem sobre a pequena mortalha (ASSENTO DE ÓBITO, 1787). Tal como Lino, Ângela também morreu sem completar o primeiro ano de vida, não havendo tempo para se gerar um suposto sentimento pela criança, de que teoricamente não se conhecia a origem. Possivelmente a menina também foi amparada pelas redes informais de assistência fundamentadas nas relações de interdependência, e teve a mesma função do pequeno Lino: possibilitar uma demonstração pública de caridade.

Aos 17 de maio de 1769 foi exposta em casa de Dona Isabel Rodrigues Santiago uma menina que foi encontrada pela escrava Francisca, por volta da meia-noite. A recém-nascida foi batizada no dia seguinte, sob condições, na capela do Jundiáí, recebendo o nome de Igrave e tendo como padrinhos Joaquim Moraes Navarro, homem casado, e Dona Isabel Rodrigues, filha da proprietária do domicílio.⁵ Como em outros casos de enfeitamento, quem decidiu abandonar a recém-nascida no meio da noite queria proteger a criança e era sabedor das condições favoráveis daquele domicílio.

Leandro filho de Ângela natural desta freguesia [da Cidade do Natal] escrava de Isabel Rodrigues Santiago, e de pai incógnito, neto por parte materna de Maria gentio da Guine escrava viúva Isabel Rodrigues, nasceu aos seis de novembro do ano de mil setecentos, e sessenta e oito, e foi batizado com os santos óleos de licença minha na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiáí, pelo padre João Tavares da Fonseca aos dezenove de dezembro do dito ano: foram seus padrinhos o Capitão Bento José Taveira Viana, casado, e Dona Maria Soares Correa sua enteada: de que mandei lançar este assento

⁵ O batizado sob condições ocorria quando o padre não tinham certeza se a criança já era portadora do sacramento (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1707).

em que me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande (ASSENTO DE BATISMO, 1768, fl. 31v).

As condições objetivas e subjetivas para a elaboração da rede informal de assistência em torno da menina estavam dadas. Primeiro, considera-se o espaço e a população diminuta da freguesia: era sabido por muitos da existência de uma escrava com potencial de amamentação, pertencente a Dona Isabel Rodrigues Santiago, já que, seis meses antes do enjeitamento de Igrave, aos 06 de novembro de 1768, tinha nascido o pequeno escravo Leandro, filho natural da cativa Ângela, que poderia ser a provável ama-de-leite. Assim, para o indivíduo ou as pessoas que tinham a necessidade de enjeitar, não foi complicado encontrar o domicílio em condições ideais.

Ao eleger o endereço do abandono, o expositor tinha a consciência, ou mesmo a certeza, de que o exposto seria recolhido e batizado, pois em uma formação social católica do século XVIII, em que as boas ações conduziam à salvação da alma, fosse na América portuguesa ou hispânica, e sobretudo em uma figuração de pequenas proporções, muito dificilmente o enjeitado não seria assistido. A menina foi apadrinhada por Dona Isabel Rodrigues, o que consolidou o amparo necessário, já que a madrinha estava ligada por laços familiares ao domicílio receptor.

Naquela “circulação de crianças”, em que os moradores da freguesia passavam para vizinhos ou até mesmo familiares a responsabilidade pela criação de determinados recém-nascidos, normalmente as decisões tomadas em prol do socorrimento informal dos enjeitados estavam diretamente imbricadas às redes de relações recíprocas entre os moradores, que davam coesão ao todo social. Isso fica patente no caso de um recém-nascido que foi abandonado em casa de Francisco Pinheiro: o relevante é que o morador recebeu o enjeitado em seu domicílio portando um bilhete, que o encarregava de entregar a criança ao Capitão-mor Francisco Nogueira. O exposto foi entregue na data de 19 de junho de 1769, configurando um enjeitamento protetor, consciente e orientado.

No entanto, o enjeitado só foi batizado um mês após a entrega, recebendo o nome de Antonio na data de 24 de julho do mesmo ano, na capela do Jundiá. Seguindo o que era prática corrente entre os indivíduos daquela figuração, em que, na maioria das vezes, os pequenos expostos eram apadrinhados por alguém do domicílio que os recebia, foram seus padrinhos João Rodrigues Seixas, homem casado, e Dona

Inês Maria de Araújo, mulher do Capitão-mor Francisco Nogueira (ASSENTO DE BATISMO, 1769).

É perceptível que o domicílio receptor gerou um elo com o pequeno Antonio por via do batismo, na pessoa da madrinha; todavia, não se conhece o motivo que levou o expositor a atribuir a Francisco Pinheiro a função de intermediário no ato do abandono. Porém foi plenamente possível desvendar o porquê de o bilhete orientar o destino do recém-nascido para tal domicílio.

Bento filho de Teresa e de pai incognito escrava do capitam-mor Francisco Nogueira neto por parte materna de Luis de Miranda, e sua mulher Maria escravos do capitão José Dantas Correa nasceo aos vinte e sete de Julho do ano de mil setecentos e sessenta e novee foi batizado com os santos óleos de licença minha na capela do Jundiá desta freguesia pelo padre João Tavares da Fonceca aos seis de agosto do dito ano: foram seus padrinhos Francisco Delgado, e sua mulher Ana Soares Correa, de que mandei fazer este assento, em que me assinei. Pantaleão da Costa deAraujo / Vigário do Rio Grande (ASSENTO DE BATISMO, 1769, fl. 22).

Do momento em que o pequeno Antonio foi abandonado e entregue ao Capitão-mor, passaram-se ainda mais de 30 dias até que a escrava deste viesse a parir e a gerar o leite que possibilitaria a sobrevivência do exposto. Deveria ser de conhecimento quase geral dos indivíduos que compunham aquela figuração que Francisco Nogueira tinha em sua posse uma cativa bem próxima a parir, o que tornava seu domicílio uma localidade bastante atrativa para aqueles moradores que, por algum motivo, viram na prática do abandono uma forma de buscar proteção para seus filhos.

Acredito que no domicílio do Capitão-mor Francisco Nogueira, a escrava prenha estivesse sob vigilância constante, justamente para que não enjeitasse o filho, possibilitando teoricamente a liberdade para ele. No entanto, como já mencionado, os laços de dependência mútua de caráter direto bloqueavam qualquer probabilidade de abandono de um recém-nascido cativo, pois em uma figuração onde todos se conheciam, os padres, também donos de escravos, não batizariam um rebento supostamente cativo, confirmando a liberdade, sem antes ter a certeza de que ele era livre ou forro.

Registram-se outros casos em que a presença de escravas paridas, amas-de-leite em potencial, parece ter influenciado o processo de enjeitamento. Assim, aos 22

de março de 1776, nasceu Luís, filho de uma escrava de João da Silva. A documentação não revela a filiação do pequeno cativo, que foi batizado na capela do Jundiá, pelo padre Manuel de Aragão Cabral, em 14 de abril do mesmo ano. Os padrinhos de Luís foram Manuel Inácio de Jesus e Maria dos Prazeres (ASSENTO DE BATISMO, 1776). Apesar de o padre que redigiu o assento de batismo não ter registrado o nome da mãe, o batizado daquela criança escrava é a chave para se compreender o abandono e a assistência a um recém-nascido que foi deixado junto à casa do proprietário de Luís em 03 de março de 1776.

O exposto foi recolhido e batizado, supostamente, na mesma capela, uma vez que o padre João de Aragão Cabral não informou o local exato onde o enjeitado recebeu o primeiro sacramento, aos 03 de abril de 1776. O desafortunado recebeu como fiadores espirituais o próprio João da Silva e Leonor Duarte, recebendo o nome de João, em nítida referência ao receptor e padrinho, o que me permite acreditar que o exposto foi criado naquela casa (ASSENTO DE BATISMO, 1776).

Enfim, quando o menino foi deixado no limiar da porta da casa de João da Silva, este tinha uma escrava preta e em tempos de parir; seria leite certo, alimento garantido para o pequeno desvalido, o que possibilitaria sua sobrevivência. Fica claro por que a casa de João da Silva, e não outro domicílio, foi escolhida para receber aquele exposto; neste caso, mais uma vez a assistência informal aos enjeitados se consolidou dentro da própria casa, não tendo o receptor que buscar padrinhos entre os indivíduos da freguesia. No entanto, a consolidação da assistência dentro do próprio domicílio receptor não que dizer que não tenham havido relações de interdependência funcional entre as pessoas, pois eram aqueles fios dessa relação de tributação mútua que costuravam o tecido social.

Já nos primeiros anos do século XIX, a casa do Capitão José Joaquim Mendes Saquete foi escolhida para o abandono de um recém-nascido. A esta altura da análise do fenômeno social do enjeitamento, recolhimento e assistência informal na freguesia da Cidade do Natal, posso afirmar que não foi uma mera casualidade a chegada de uma criança à residência daquele militar.

O que estava em jogo era a vida de um recém-nascido: a função do enjeitamento naquela formação social era a proteção, independentemente das motivações particulares para o ato de abandono. Com isso, é claro e evidente que o expositor do recém-nascido tinha plena consciência das condições favoráveis para o recebimento do pequeno desafortunado naquela casa.

O assento de batismo do exposto não traz a data do enfeitamento, mas revela que ele foi levado à pia batismal da capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá na data de 24 de agosto de 1803, recebendo o nome de Manuel. Seus padrinhos foram o próprio receptor, o Capitão José Joaquim Mendes Saquete, e sua esposa, Dona Elena Duarte de Azevedo (ASSENTO DE BATISMO, 1803).

A rede informal de assistência para proteger o pequeno Manuel foi tecida dentro do próprio domicílio receptor. O Capitão, assim como sua mulher, estavam envoltos nas relações de interdependência inerentes à figuração social, sendo movidos inconscientemente pela segunda natureza intrínseca ao homem católico ocidental. Aquelas pessoas aprendiam na vivência diária, desde muito cedo, que praticar a caridade e as boas ações era necessário para o indivíduo católico em sociedade, pois gerava status perante os outros e, sobretudo, construía as veredas para a salvação eterna, como repetidamente afirmado.

Salienta-se que o Capitão José Joaquim Mendes Saquete, tal como outros indivíduos pertencentes ao nível superior da figuração social, teve vários outros afilhados antes do exposto Manuel. Em uma figuração católica como era a freguesia da Cidade do Natal, dificilmente alguém negava-se a ser padrinho e compadre. O Capitão tornou-se padrinho de José aos 19 de julho de 1790, filho de Guitiliana Dias, natural da Capitania do Ceará (ASSENTO DE BATISMO, 1790). Quase uma década após aquele batizado, aos 10 de novembro de 1799, novo convite para apadrinhamento: Saquete tornou-se fiador espiritual de Ana, menina exposta em casa de Domingos Rodrigues da Silveira, batizada na capela de São Gonçalo do Potengi (ASSENTO DE BATISMO, 1799).

A carreira de padrinho do Capitão desdobrou-se em outras cerimônias de batismo: em 16 de julho de 1800, tornou-se pai espiritual de outro José, filho legítimo de João Pedro de Sá Bezerra e de Maria Tereza de Macedo. Apadrinhou ainda mais um José na fazenda da Malhada do rio Potengi, aos 17 de agosto de 1800; era este José pardo e forro, filho legítimo de Domingos Barbosa, homem branco, e Ana Francisca da Conceição, parda (ASSENTOS DE BATISMO, 1800). Saquete exerceu a função de padrinho também no batismo de Ana, menina parda e forra, filha legítima de Firmiano de Freitas e de sua mulher Filipa Rodrigues, em 28 de dezembro de 1801 (ASSENTO DE BATISMO, 1801). No conjunto de afilhados do receptor de Manuel contam-se, portanto, três Josés, provavelmente uma homenagem ao padrinho, e duas Anas.

Retornando ao caso de Manuel enjeitado, percebe-se que as condições subjetivas, tanto no âmbito da freguesia como naquele domicílio específico, estavam dadas: o receptor já tinha apadrinhado várias outras crianças, inclusive um exposto. Quem depositou o menino Manuel junto à morada de José Joaquim Mendes Saquete era sabedor também das condições materiais para o recebimento daquela criança:

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil oitocentos e três batizou de licença minha na capela de Jundiá e logo lhe pôs os santos óleos o Reverendo coadjutor Francisco Alves de Melo a Teresa filha de Luiza escrava do Capitão Joaquim Mendes Saquete, crioulos com um mês de nascida [...] (ASSENTO DE BATISMO, 1803, fl. 90v).

Quando Manuel foi exposto, a escrava do Capitão estava prestes a parir ou já tinha parido, já que a pequena Tereza recebeu os santos óleos com 30 dias de vida, juntamente com Manuel. Não foi uma mera casualidade o abandono do neonato, mas uma estratégia, tendo a função de protegê-lo. Afirmo sem medo de errar que o peito crioulo que alimentou Tereza também alimentou Manuel, pois o mais certo é que o Capitão Saquete tenha posto sua escrava Luiza na condição de ama-de-leite do seu afilhado, já que era obrigação dele cuidar da sobrevivência do recém-nascido.

Tenho quase certeza de que vários moradores da freguesia da Cidade do Natal sabiam da gestação da escrava Tereza e da disposição do seu proprietário de ir até as capelas e apadrinhar as crianças na jurisdição eclesiástica. Parto do seguinte pressuposto para tal afirmação: o diminuto contingente populacional, que, no ano de 1803, girava em torno de 6.000 habitantes, somado à complexa rede de interdependência direta que conectava os indivíduos uns aos outros, dando formato ao tecido social e resultando no enjeitamento protetor de Manuel.

É necessário demonstrar que o Capitão José Joaquim Mendes Saquete esteve presente em outras redes de assistência aos enjeitados da freguesia. Quatro anos após o recolhimento de Manuel, aos 19 de janeiro de 1807, o Capitão tornou-se padrinho de outro exposto, deixado em casa de Mariana Francisca; o rito do batizado se deu na capela de São Gonçalo do Potengi, onde o menino foi registrado com o nome de Teodósio (ASSENTO DE BATISMO, 1807). Suponho que o convite para o apadrinhamento do pequeno Teodósio tenha partido de sua própria receptora, pois o exposto não teve madrinha; conjeturo ainda que não houve casualidade no convite: tudo era uma estratégia social.

É muito provável que o Capitão tivesse em seu domicílio outra escrava, ou quem sabe a mesma Luiza, prenha e prestes a parir ou mesmo já parida, apta a ser ama-de-leite de outro afilhado dele. No entanto, este caso ficará no nível das possibilidades, já que não se pode atestá-lo empiricamente por falta de documentação.

Por outro lado, examinando cuidadosamente os assentos de batismo, foi possível entrever que não foram apenas os domicílios ou indivíduos proprietários de escravas capazes de amamentar os pequenos abandonados que atraíram os expostos para o limiar de suas portas ou motivaram convites de apadrinhamento, dando formato às redes de assistência informal. Identifiquei situações em que domicílios com mulheres livres com potencial lactífero e, conseqüentemente, com o mesmo potencial de criação, envolveram-se na rede de abandono, proteção e socorrimento.

Mulheres livres e lactantes ...

Entre as três e quatro horas da manhã, aos 22 de agosto de 1765, foi encontrado um menino exposto em casa do Tenente Coronel Felix Barbosa Tinoco, o mesmo que posteriormente viria a ser o sogro do Tenente Joaquim Lino Rangel, também enjeitado na freguesia. Na data de 12 de setembro do mesmo ano, o exposto foi conduzido até a capela de Santo Antônio do Potengi, onde foi batizado com os santos óleos e recebeu o nome de Antônio, talvez em homenagem ao orago da capela. Foram padrinhos o próprio Tenente Coronel Felix Barbosa Tinoco e sua esposa, Antônia Maria da Conceição. Percebe-se que mais uma vez a rede de assistência ao exposto foi tecida e elaborada dentro do domicílio onde a criança foi abandonada, não tendo o receptor que sair pela freguesia em busca de pessoas com condições materiais para tornarem-se fiadoras espirituais do enjeitado (ASSENTO DE BATISMO, 1765).

Tal situação tornou-se compreensível quando se descobriu que a senhora da casa, Antônia Maria da Conceição, tinha condições de amamentar. Dezesete dias antes do abandono de Antônio, a receptora e madrinha tinha dado à luz um menino, batizado com o nome de Felix, o mesmo do pai (ASSENTO DE BATISMO, 1765). Não foi possível identificar na documentação a existência de uma cativa do Tenente Coronel que estivesse amamentando, hipótese que não se descarta. Também não se sabe, e nunca se saberá, qual foi a postura de Antônia Maria da Conceição ao ter a

chance de alimentar o afilhado com seu próprio leite; talvez ela não o tenha feito, pois tratava-se de uma mulher do nível superior da figuração social. De qualquer forma, ela tornou-se mãe espiritual do exposto.

O exame documental me permite fazer duas afirmações com bastante seguridade. Primeira: os genitores ou os familiares do exposto tinham conhecimento do nascimento do pequeno Felix, dada a pequena população da freguesia. Segunda: a existência de leite humano na casa do Tenente Coronel Felix Barbosa Tinoco atraiu a atenção dos indivíduos que tinham a necessidade de abandonar, que assim realizaram um enjeitamento protetor e consciente do potencial de criação daquele domicílio.

Similarmente a este caso de abandono, o Capitão-mor Agostinho Gonçalves de Oliveira encontrou exposta na porta de sua casa uma menina, aos 20 de agosto de 1770. A enjeitada foi batizada em 2 de setembro do mesmo ano na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, recebendo o nome de Bernarda (ASSENTO DE BATISMO, 1770). O que chama a atenção é que Bernarda não teve padrinhos; assim, não há margem para conjecturar sobre atribuições de responsabilidade. Porém, identifica-se o motivo do enjeitamento naquela moradia:

Ana filha legítima de Agostinho Gonçalves de Oliveira natural da freguesia de Muribeca, e de Margarida Barbosa da Conceição natural do Recife de Pernambuco neta pela parte paterna de Agostinho Gonçalves de Oliveira e de Rosa Maria Ferreira naturais da freguesia de Muribeca, e pela materna de Francisco Xavier de Araújo natural da Ilha de São Miguel, e de Dona Maria Dinis natural do Recife de Pernambuco, nasceu aos vinte, e oito de março do ano de mil setecentos, e setenta, e foi batizada com os santos óleos nesta matriz por mim aos treze de maio do dito ano: foi padrinho José Joaquim Soares com procuração do Tenente Coronel Francisco Machado Barros de que digo casado, de que mandei lançar este assento em que me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande (ASSENTO DE BATISMO, 1770, fl. 35).

Mais uma vez, a existência de uma mulher livre em condições de amamentar motivou o enjeitamento protetor, consciente de que existiam meios de possibilitar a sobrevivência do recém-nascido naquele lugar. Neste caso, as fontes documentais não permitem saber como se articulou a rede de assistência informal em torno de Bernarda.

Porém, é perceptível que tanto na casa do Tenente Coronel Felix Barbosa Tinoco quanto na casa do Capitão-mor Agostinho Gonçalves de Oliveira, os recém-nascidos foram abandonados após o nascimento e batismo de seus filhos legítimos. Posso aventar duas hipóteses, infelizmente sem possibilidade de verificação pela ausência de fontes, propondo, assim, um exercício imaginativo. Primeira: considerando que não há evidências nem sinais de escravas paridas nos domicílios receptores, as próprias genitoras poderiam ter sido procuradas ou ter se apresentado para servir como amas-de-leite dos filhos legítimos da casa; em contrapartida, também alimentariam os próprios rebentos, e talvez os criassem sob suas vistas. Segunda: é possível que os filhos daqueles militares já estivessem mortos e sepultados quando da chegada dos expostos, considerando a alta mortalidade de crianças no mundo colonial. Assim, a vacância dos recém-nascidos na vida daqueles casais da freguesia, assim como a disponibilidade de leite humano, atraíram indivíduos que tinham a necessidade de enjeitar, praticando um tipo de “substituição” de crianças.⁶

Deslocando o prisma de observação para o nível inferior da figuração social, foi possível identificar domicílios de mulheres solteiras livres que receberam expostos em suas casas, sobretudo porque estavam amamentando, assim colaborando para a elaboração das redes informais de socorrimento.

Aos 3 de setembro de 1788, foi encontrada, por volta das seis horas da manhã, uma exposta sem portar bilhete algum, junto à casa de Florência de Moraes, mulher solteira. Doze dias depois do enjeitamento, a menina foi conduzida até a capela da Senhora Santa Ana do Ferreiro Torto, onde recebeu o primeiro sacramento, sob condições, e o nome de Caetana.

A exposta não teve um casal de padrinhos, como orientava a Igreja, mas apenas um padrinho: Lino da Cunha Marques, solteiro, tal como a receptora (ASSENTO DE BATISMO, 1788). A chegada de Caetana à casa daquela mulher solteira, em princípios de setembro de 1788, também não foi mera casualidade:

Paula filha de Florência de Moraes, de pai incógnito neta de Paula de Moraes cativa avô incógnito nasceu em agosto, e foi batizada nesta capela da Senhora Santa Ana do Ferreiro Torto com os santos óleos

⁶ A substituição de crianças dentro do fenômeno do abandono foi detectada por Bacellar em suas investigações sobre o enjeitamento de recém-nascidos na vila de Sorocaba, entre os anos de 1679-1845 (BACELLAR, 2002).

pelo padre João Tavares da Fonseca aos onze de setembro de mil setecentos e oitenta e oito, foram padrinhos João de Almeida Teixeira e sua mulher Maria José do Espírito Santo e não se continha mais em dito assento de que mandei fazer este por verdade me a assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande (ASSENTO DE BATISMO, 1788, fl. 22v).

Pressuponho que Florência de Moraes fosse uma mulher pobre naquela formação social, filha de escrava, de pai não declarado, tal como o pai de sua filha, solteira, talvez vivendo sozinha. Desta forma, tendo condições de amamentar, diferente das mulheres da camada superior da sociedade, é muito provável que o leite que alimentou a recém-nascida Paula também tenha nutrido a exposta Caetana, sem grandes problemas. Até mesmo porque Florência, na condição de solteira, pobre e lactante, apresentava o perfil de alguém que poderia ter servido de ama-de-leite para as mulheres abastadas da freguesia da Cidade do Natal. Acredito, então, que a rede de assistência foi articulada de forma muito simples em torno de Caetana: Florência a recolheu, batizou e nutriu.

Anos depois, em 06 de janeiro de 1797, outra mulher solteira, Rita Maria dos Santos, teve abandonado em sua casa um menino branco, que sobreviveu apenas por oito dias, sendo sepultado no solo sagrado da capela do Senhor Bom Jesus da Ribeira, envolto em um hábito azul (ASSENTO DE ÓBITO, 1797). Rita teve plenas condições de alimentar o exposto, pois tinha uma filha de mais ou menos seis meses, que veio a falecer em 24 de julho do mesmo ano, sendo sepultada também de hábito azul, na mesma capela. Rita Maria dos Santos também foi uma possível ama-de-leite paga (ASSENTO DE ÓBITO, 1797).

Fica evidente que quem buscou os domicílios destas mulheres para enjeitar seus recém-nascidos procurou dar proteção às crianças, pois sabia da existência de leite humano naqueles locais.

Conclusão

Ao fim desta amostragem, em que se buscou reconstituir a trajetória de alguns poucos abandonos em conjunto com a elaboração de determinadas redes humanas de assistência, é importante ter consciência de que os laços de dependência mútua eram inerentes àquelas ações de socorrimento. É importante que fique claro que os indivíduos dispunham de uma margem de decisão no interior das relações de

interdependência que compunham as figurações, sendo que suas decisões particulares estavam diretamente conectadas às vidas de outras pessoas.

Decidir significava pôr em ação o jogo social, pois quando os moradores deparavam-se com um recém-nascido enjeitado na soleira de suas portas, ou mesmo deixado no terreno de suas casas, podiam decidir não recolher o pequeno desvalido. Porém, o *habitus* do homem católico ocidental, somado às experiências daqueles indivíduos com outros abandonos, forçavam inconscientemente aquelas pessoas a recolherem, batizarem e cuidarem dos recém-nascidos enjeitados.

Nem todos os dias havia abandono de recém-nascidos na freguesia, diferentemente de grandes figurações como Salvador, Rio de Janeiro e Recife, onde a Roda dos expostos girava diariamente. Porém, quando o enjeitamento acontecia, o ato tinha uma função, uma acepção para indivíduos e grupos sociais: proteger o recém-nascido. Sempre que necessário, os indivíduos, tanto do nível superior quanto do nível inferior da figuração social, articulavam-se entre si, compondo redes informais de assistência, o que configurou a circulação de crianças em redes invisíveis, mas tangíveis.

Em alguns momentos constituíam-se redes de socorrimento simples que envolviam poucas pessoas, ao passo que em outras situações se elaboravam redes mais complexas envolvendo mais indivíduos, pessoas livres e escravas, pertencentes a domicílios diferentes; os indivíduos em sociedade davam resposta positiva ao fenômeno, recolhendo, batizando, possibilitando a sobrevivência e encaminhando para a vida quando possível. Porém, nem todos os enjeitados chegavam à idade produtiva e reprodutiva.

Ao cabo de tudo, afirmo que os 2,9% de enjeitamento na freguesia da Cidade do Natal não correspondeu a um problema nem para Câmara, nem Igreja e muito menos para aquela sociedade composta por livres, escravos e forros; brancos, negros, pardos e índios, sendo grande parte da população explorada e depauperada, sendo a minoria abastada. Os indivíduos de ambos os níveis da figuração social resolviam aquele fenômeno que era próprio e constituinte da segunda natureza do homem católico ocidental, pois onde havia católico existia abandono de recém-nascidos.

Em suma, a baixa taxa de enjeitamento na freguesia da Cidade do Natal foi resultado do estreito e intenso entrelaçamento entre indivíduos. Em uma formação social na qual as pessoas se conheciam quase em sua totalidade, as relações de interdependências funcionaram como um regulador do enjeitamento, bloqueando

inclusive o abandono de recém-nascidos escravos e modelando as redes humanas de assistência. Sobretudo porque nenhum padre, ademais os que eram senhores de escravos, batizaria um negrinho exposto sem ter certeza da alforria. No tocante ao baixo índice de abandono, consideram-se ainda as condições estruturais. Na segunda metade do século XVIII, a freguesia tinha uma população de um pouco mais de três mil moradores, não havendo, portanto, um intenso trânsito de pessoas, haja vista que não existia um porto atlântico, ou mesmo uma feira de gado que atraísse homens de outras regiões, fortalecendo a inteiração social que regulava o enfeitamento.

Fontes

ASSENTOS DE ASSENTOS DE BATISMO, 1750-1835 – Freguesia da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte.

ASSENTOS DE CASAMENTO, 1727-1835 - Freguesia da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte.

ASSENTOS DE ÓBITO, 1760-1820 – Freguesia da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português & latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte e uma relação dos distritos que necessitam de novas companhias de ordenanças. Anexos: 2ª via; provisão (cópia); “mapa da população da capitania do Rio Grande do Norte, com declaração dos seus empregos, militares e civis, e capitães-mores e ordenanças das respectivas vilas e freguesias, tanto brancos como índios, até 31 de dezembro de 1805”, e “relação dos distritos, que necessitam novas companhias de ordenanças na capitania do Rio Grande do Norte, com declaração das vilas a que pertencem”. Nata, 31 de dezembro de 1806. AHU – RIO GRANDE DO NORTE. Cx. 9, Doc. 18, 46 e 47.

CATECISMO ROMANO, por Frei Leopoldo Pires Martins, O. F. M. Petrópolis: Vozes Limitada, 1951.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, feitas, e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor Sebastião Monteiro da Vide, bispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas, e aceitas em o sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Estudos introdutórios e edição, FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales, JANCSON, Istvan, PUNTONI (Orgs.). São Paulo: EDUSP, 2010.

IDEIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notaveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido & a & a desde anno de 1774 em que tomou posse do Governador das mesmas Capitancias o Governador e Capitão General Jozé Cezar de Menezes. In: **ANNAIS DA BIBLIOTHECA**

NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, publicados sob a administração do Director geral interino (Dr. Aurelio Lopes de Souza). Rio de Janeiro: OficinasGraphics da Biblioteca Nacional, 1923. (Vol. XL – 1918)

ORDENAÇÕES FILIPINAS – Disponível em:

<<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>

PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO, 1725-1890 – Freguesia da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte.

TERMOS DE VERAÇÃO DO SENADO DA CÂMARA DA CIDADE DO NATAL, 1709-1823 – Termo territorial da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte.

TESTAMENTO DE DONA ROSA MARIA JOSEFA, s/d – Termo territorial da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte.

Referências

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonos nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (org.). **Segredos de família**. São Paulo: Annablume, 2002. p. 15-41.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1992.

DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais** – capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821). 274f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras, e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. **Escritos & ensaios: Estado, processo, opinião pública**. Trad. Sérgio Benevides, Antonio Carlos dos Santos, João Carlos Pijnappel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caçara: terra e população** – Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas / CEDHAL, 1986.

_____. **História social do abandono de crianças**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 2000.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. **Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação** – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. 197f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX**. São Paulo: Contexto, 2001.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1775**. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: EDUNB, 1981.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999.

Recebido em Setembro de 2018
Aprovado em Novembro de 2018